

DIÁRIO DE BORDO

AÇÃO PELA IMAGEM

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas



LIDERANÇAS BRASILEIRAS do Agronegócio que têm viajado mais recentemente ao exterior, em especial à Europa, relatam sua perplexidade quanto à visão negativa que a opinião pública tem da nossa agropecuária, com consequências muito ruins para a colocação das produções agrícola e agroindustrial no Velho Continente.

Boa parte da percepção dos europeus deve-se à desastrosa narrativa relacionada aos incêndios ocorridos na Amazônia no final do ano passado, logo associada ao desmatamento da região e à suposta liberação “apressada” de defensivos agrícolas e seu uso “exagerado”. Tudo muito pior do que a realidade que temos no Brasil, com uma produção rural sustentável baseada em tecnologia inovadora na mesma direção.

Criou-se uma imagem distorcida que ignora olímpicamente o Código Florestal mais rigoroso do Planeta, finge desconhecer a redução das emissões de gases do efeito estufa determinada pela agroenergia, pelo Plano ABC (com ênfase para a integração lavoura-pecuária-floresta) e pela bioeconomia em plena expansão.

A questão é tão séria que pode comprometer até mesmo a implementação do acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) anunciado em meados do ano passado, uma iniciativa essencial para garantir o acesso da nossa produção aos mercados desenvolvidos. Aliás, não falta quem afirme que a oposição a esse acordo seja o real motivo para colocar defeitos na nossa atividade rural.

E pode ser que seja isso mesmo. Mas a verdade é que temos que eliminar completamente os problemas que geram essa reação. Não podemos dar argumentos para a concorrência, que também se alimenta da legítima onda global de defesa do meio ambiente, que, por sua vez, tem provocado até mudanças nos

hábitos alimentares, sobretudo na juventude. Precisamos fazer cumprir as nossas leis nesse tema e acabar de uma vez com o desmatamento ilegal, assim como punir para valer todo tipo de ação criminosa em garimpos, madeireiras, invasões e incêndios. Só assim, teremos a defesa absoluta da nossa maravilhosa agropecuária sustentável. Mas isso não basta; será necessário comunicar com profissionalismo.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem fazendo a sua parte nessa dura guerra. Ele acaba de lançar um amplo programa contendo as Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira, com três vertentes principais: regularização fundiária e ambiental; inovação e produção sustentável; e inclusão produtiva.

A primeira vertente, de regularização fundiária, passa pela titulação de terras como ponto de partida para a garantia de segurança jurídica no campo, o que permite o acesso do produtor às políticas públicas e, ainda, combate a grilagem e a invasão de terras. Busca-se, com esse tema, a criação de um cadastro único com informações sobre as propriedades rurais, incluída aí a aplicação plena do Código Florestal.

Já a segunda vertente, referente a inovação e produção sustentável, fortalece a pesquisa, fomenta a infraestrutura para a conectividade no campo, promove a gestão eficiente dos recursos hídricos, cria polos regionais de inovação e impulsiona o Plano ABC e a bioeconomia.

Por fim, a terceira vertente, de inclusão produtiva, trata de repensar o desenvolvimento do pequeno produtor e fortalecer as cadeias produtivas de valor agregado, entre outras propostas.

Está dada a largada para tentar recuperar a imagem distorcida da agropecuária mais sustentável do Planeta. ■

“...[precisamos] acabar de uma vez com o desmatamento ilegal, assim como punir para valer todo tipo de ação criminosa em garimpos, madeireiras, invasões e incêndios. Só assim, teremos a defesa absoluta da nossa maravilhosa agropecuária sustentável.”